

Empresários pedem um novo modelo econômico

Marcelo Prates



Tancredo Neves discursa entre Francisco Guilherme, à direita, e Ruy Barreto, ao centro. À esquerda, Guilherme Afif

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Para o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Ruy Barreto, a maturidade e a consciência da sociedade brasileira demonstram que é “anacrônica e incompreensível a manutenção de um modelo econômico que centraliza autoritariamente as decisões, como se o Brasil fosse um povo formado de pacientes rebanhos ou um laboratório de experiências extravagantes, que só têm conduzido a recessão e ao desemprego”.

Em discurso durante a solenidade de abertura do III Congresso Nacional das Associações Comerciais, Barreto referiu-se por três vezes -- e em todas elas foi aplaudido -- aos pequenos e médios empresários:

— Saúdo o Brasil invisível, o Brasil que trabalha, o Brasil que a estrutura autoritária das decisões políticas e econômicas silenciou — disse.

Ele aproveitou a ocasião para “desfraldar a bandeira” da retomada do desenvolvimento, a seu ver, o único caminho para libertar o País “da crise em que foi lançado por uma política econômica que não tem mais respostas para as realidades externas e internas com que se defronta hoje”. Mas, como pré-condição para tal, o Presidente da CACB coloca a retomada de um “grande, sincero e franco diálogo nacional, que acentua e aprofunde a abertura política”.

OS SLOGANS

A retomada do desenvolvimento e a abertura econômica foram os slogans adotados pelo III Congresso Nacional das Associações Comerciais. O Presidente da CACB admitiu que não só ele, mas toda a Nação acredita ter chegado a hora de uma mudança “verdadeira e global”:

— Basta de remédios destinados a corrigir ou regular situações emergenciais que, na verdade, só geram novos desacertos e conflitos, tornando ainda mais sombrio o horizonte — disse Ruy Barreto.

A seu ver, esse processo tem que ser feito através de um “fecundo diálogo entre o povo e o Governo em torno dos problemas econômicos”. Ou seja, em clima de abertura econômica. Do contrário, Ruy Barreto

acha que poderão ficar ameaçadas as conquistas políticas recentes.

RECADO AO PRESIDENTE

Ruy Barreto lamentou de público a ausência do Presidente João Figueiredo no congresso das associações comerciais. Lembrando que falava em nome de mais de um milhão de empresários (a confederação congrega associações comerciais de todos os estados), Ruy Barreto disse ter sido uma pena que o Presidente tenha perdido a oportunidade de ter um contato direto com a categoria:

— Se estivesse aqui, o Presidente ouviria homens e mulheres que não têm acesso aos elevados escalões da República e sentiria pessoalmente — livre das distorções que tantas vezes prevalecem nas comunicações que cercam o poder — as angústias e preocupações de pessoas que ajudam a construir o País. Ele saberia que não está só, na sua imensa tarefa de governar este País rumo a dias melhores e entenderia que nossos aplausos têm que ser legitimados por nossa lealdade crítica, porque isto também representa um ato efetivo e concreto de solidariedade — afirmou Ruy Barreto.

RESPALDO POLÍTICO

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, afirmou ontem, em entrevista nesta capital, que “a adoção de medidas contundentes para o reajuste da economia no País, como o corte de despesas de custeio das empresas estatais, dependem somente, do respaldo político do Presidente Figueiredo”.

Segundo ele, “resta a esperança

de que nasça do Presidente da República a vontade política para se fazer o corte no custeio das estatais, sem o que teremos tão-somente um novo amontoado de normas e restrições, que acabam não sendo cumpridas, já que a impunidade é a constante do administrador relapso do setor público”. Advertindo: “A manutenção do déficit público nos levará inexoravelmente ao fechamento político”.

Segundo Guilherme Afif, depende também do respaldo político do Presidente Figueiredo “o acerto de um plano com os credores externos que alivie a tensão do estorno diário de caixa e que nos dê um período de carência em torno de quatro anos, suficiente para que a nação reorientar seu processo de desenvolvimento”.

TAXAS DE JUROS

Guilherme Afif voltou a criticar as altas taxas de juros no País. Com a redução do IOF para 1,5 por cento, as taxas de juros anuais efetivas no desconto de duplicatas — que eram de 496,05 por cento no caso de uma emergência de 30 por cento de saldo médio, prazo de 60 dias e 8,5 por cento ao mês — baixaram agora para 457,7 por cento. “Ou seja, baixou quase nada, não alterando o quadro anterior”, comentou.

Com uma tabela de juros cobrados no mercado financeiro, elaborada pela Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif explicou que as altas taxas de juros no País só baixarão efetivamente quando “ocorrer o corte do déficit público, o que possibilitará ao Governo recorrer menos ao mercado financeiro para captar os recursos necessários”.